

FIS 0001J8

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA E DIESEL) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO DE CARIRA – SERGIPE para o exercício de 2020, observadas as especificações e condições constantes do anexo I Termo de Referência, que fará parte integrante do edital.

ITEM	ASSUNTO DO ITEM NO EDITAL	2272
1	DO OBJETO DO PREGÃO	
2	DOS ANEXOS DESTE EDITAL	
3	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
4	DA IMPUGNAÇÃO, CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	
5	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	
6	DA CONDUÇÃO DO CERTAME	
7	DO CREDENCIAMENTO	
8	DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES	
9	DA PROPOSTA DE PREÇOS (COMERCIAL)	
10	DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	
11	DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	
12	DA CONTRATAÇÃO/RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	
13	DO PRAZO E LOCAL DO FORNECIMENTO	
14	DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO	
15	DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO	
16	DA VIGÊNCIA	
17	DOS REAJUSTES	
18	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	
19	DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES	
20	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
21	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	
22	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
23	DO FORO	



Fis 0001J9

## ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

# PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

#### EDITAL

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE CARIRA ESTADO DE SERGIPE, pessoas jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.099.882/0001-36, com sede na Praça Olímpio Rabelo de Moraes, nº 56 – Centro de Carira - Sergipe - CEP: 49.550-000, torna público que será realizada licitação da modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "Menor Preço por Item, que observará os preceitos de direito público e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 165/2009, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 166/2016, será regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos, observando o seguinte:

### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

DATA: 02 de Janeiro de 2020.

HORÁRIO LOCAL: 09h:00min

LOCAL DA SESSÃO: Sala de Licitações, na sede da Secretaria de Finanças localizado a Rua Ananias Jose dos Santos, nº 684, Centro, CEP: 49.550-000, na cidade de Carira, Estado de Sergipe.

<u>Formalização de Consultas e Edital</u>: Sala de Licitações, na sede da Secretaria de Finanças localizado a Rua Ananias Jose dos Santos, nº 684, Centro, CEP: 49.550-000, na cidade de Carira, Estado de Sergipe., no horário das 7 horas às 13 horas, nos dias úteis.

Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura de Carira – Sergipe, que se seguir, se outra data não tiver sido definida pela Pregoeira.

No local acima indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao:

- credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas em participar deste Pregão;
- recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação";
- 3. abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e exame da conformidade das propostas;
- 4. divulgação das licitantes classificadas e das desclassificadas;
- 5. condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;





- abertura do envelope "Documentação de Habilitação" da licitante detentora do menor preço e exame da habilitação e verificação da situação das licitantes perante as exigências contidas neste Edital;
- 7. outros que se fizerem necessários à realização deste Pregão.

#### 1.0 - DO OBJETO DO PREGÃO

- 1.1. FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA E DIESEL) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO DE CARIRA SERGIPE para o exercício de 2020, observadas as especificações e condições constantes do anexo I Termo de Referência, que fará parte integrante do edital.
- 1.2. DA PREVISÃO DA DESPESA
- 1.2.1. A previsão da despesa com o fornecimento dos Combustíveis objeto desta licitação, está registrada no Processo Administrativo. O qual será divulgado ao iniciar a Fase de Lances para analise e aceitação ou não das melhores ofertas.

#### 2.0 - DOS ANEXOS DESTE EDITAL

2.1. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: MODELO DE PROCURAÇÃO;

ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

**ANEXO VI:** MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006;

ANEXO VII: MINUTA DO CONTRATO - PM.

ANEXO VIII: MINUTA DO CONTRATO - FMS.

ANEXO IX: MINUTA DO CONTRATO - FMAS.

### 3.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá de acordo com a seguinte dotação orçamentária:





100100 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMDES 08.243.0006.2068 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
08.244.0006.2046 BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA – BPC NA ESCOLA 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0006.2052 BLOCO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA
AMÍLIA
33903000 MATERIAL DE CONSUMO
FR 10010000/13110000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2065 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000/13900000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2069 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2074 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONFINANCIAMENTO FEDERAL 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000

090100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0007.2036 AÇÕES VOLTADAS PARA ATENÇÃO BÁSICA 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12110000/12140000/12900000

090100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.302.0007.2037 AÇÕES VOLTADAS PARA MÉDIA COMPLEXIDADE 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12140000

090100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.305.0007.2040 AÇÕES VOLTADAS DA VIGILÂNCIA EPIDEMOLOGICA 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12110000/12140000/12900000





Rubrica

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

090200 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 04.122.0007.2032 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12110000

020100 GABINETE DO PREFEITO 04.122.0001.2060 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

040100 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO 04.122.0001.2004 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO )3903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

060100 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR 04.122.002.2011MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO ABASTECIMENTO 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

070100 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
12.361.0005.2014 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
33903000 MATERIAL DE CONSUMO
FR 10010000/11250000

070100 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 12.361.0005.2015 AÇÕES DESENVOLVIDAS COM SALÁRIO EDUCAÇÃO 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11200000

070100 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 12.361.0005.2017 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11230000

070200 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - FUNDEB 12.361.0005.2025 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11130000

070200 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - FUNDEB 12.361.0005.2025 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11130000





080100 SECRETARIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRAS PÚBLICAS 04.122.0003.2027 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRAS PÚBLICAS 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

# 4.0 - DA IMPUGNAÇÃO, CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo a Pregoeira, auxiliado pelo responsável solicitante do referido objeto, decidir sobre a petição no prazo de 24 (Vinte e Quatro) horas;
- 4.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do Certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;
  - 4.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no mesmo até o segundo dia útil que anteceder a data de realização deste Pregão, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso;
- 4.4. Não serão conhecidas as impugnações interpostas, quando vencidos os respectivos prazos legais;
- 4.5. Os pedidos de esclarecimentos formais e impugnações, referentes ao presente Certame, será processada e julgada na forma e nos prazos previstos e deverão ser protocolados junto ao Protocolo da Comissão Permanente de Licitação situado a Rua Ananias Jose dos Santos, nº 684, Centro, CEP: 49.550-000, na cidade de Carira, Estado de Sergipe, de segunda a sexta-feira no horário de 07:00 h às 13:00 horas;
- 4.6. A entrega dos Envelopes referidos no subitem 4.1, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará em plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas;
- 4.7. Informações e esclarecimentos aos licitantes, notadamente relacionados às especificações do objeto, deste Edital, serão dados pelo Setor de Compras deste Município de Carira Sergipe;

# 5.0 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, que se localizem a uma distância (raio) de até 10 (Dez) Km da sede deste Município de Carira, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;
- 5.1.2. A exigência referente à localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para esta municipalidade, pois se a distância entre a sede do município e o local da execução dos serviços for maior que a determinada, a vantagem do "menor preço" ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota.







- 5.2. Os Itens 02 e 04 serão exclusivos para MICRO EMPRESAS (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), conforme Art. 48 inciso III da Lei Complementar nº 147/2014;
- 5.2.1. Os licitantes que não se enquadrem como MICRO EMPRESAS (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), poderão cotar os itens acima mencionados, entretanto somente serão aceitos caso não aja MICRO EMPRESAS (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) participando desses itens, que neste caso serão abertos para disputa entre todos os licitantes presentes.
- 5.3. NÃO SERÁ ADMITIDA, nesta licitação, a participação de empresas enquadradas em qualquer das hipóteses a seguir elencadas:
- I Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- II Encontrem-se sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III Tenham sido suspensas, temporariamente, de participar de licitações e contratar com este Administração de Carira e/ou declaradas inidôneas para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, salvo as reabilitadas;
- IV Que tenha como sócios servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- V Estejam inadimplentes com obrigações assumidas perante a Administração Municipal de Carira Sergipe.
- 5.3. A licitante deverá ter ciência de que seu representante legal não poderá, em hipótese alguma, representar mais de uma firma, sob pena de verificando-se tal situação, ser, as empresas assim representadas, prontamente desclassificadas/inabilitadas, sem que lhes caiba nenhum recurso ou indenização;
- 5.4. Não será permitida a participação, na licitação, de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;
- 5.5. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

# 6.0 - DA CONDUÇÃO DO CERTAME

- 6.1. O presente CERTAME SERÁ CONDUZIDO pela Pregoeira indicado nos termos da Portaria nº 216/2019, que, assistido por sua Equipe de Apoio, terá, em especial, as seguintes atribuições:
- I O credenciamento dos interessados;
- II O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;





Fls\_000115

# ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

- IV A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V A adjudicação da proposta de menor preço, quando não houver recurso;
- VI A elaboração de ata;
- VII A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VIII O recebimento dos recursos; e.
- IX O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

#### 7.0 - DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. Para fins de credenciamento junto a Pregoeira, a licitante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo o mesmo pela representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- 7.2. O credenciamento far-se-á:
- 7.2.1. Por instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório ou acompanhada do documento original do signatário para o reconhecimento por agente administrativo, através do confronto da assinatura com o documento original, juntamente com cópia do contrato social e documento com foto do sócio administrador da empresa e de seu credenciado, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente;
- 7.2.2. No caso de diretor, sócio, proprietário ou assemelhado da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, juntamente com cópia de documento com foto, devendo a documentação mencionada estar acompanhada de cópia ou de somente cópias autenticadas, na qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 7.2.3. Os documentos apresentados deverão ser entregues em original ou por processo de cópia legível e autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 7.3. A falta ou incorreção do documento de credenciamento não impedirá a licitante de entregar os envelopes da proposta e de habilitação, mas a impedirá de manifestar-se no certame:
- 7.4. Os documentos pertinentes a esta fase do Certame, CREDENCIAMENTO, poderão ser conferidos com o original pela Pregoeira e Membros da Equipe de Apoio.

Fis 000116

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

- 7.5. 7.5. As MICROEMPRESAS (ME) ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela LC 147/2014, deverá a mesma, no momento do credenciamento, apresentar declaração, conforme Modelo Anexo VI deste Edital.
- 7.5.1. A empresa que declarar falsamente enquadrada como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas no artigo 93 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis;

### 8.0 - DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 8.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação" será pública, dirigida pela Pregoeira e se realizará no local e horário, determinados no preâmbulo deste Edital;
- 8.2. Declarada aberta a Sessão, pela Pregoeira, cada licitante deverá apresentar, por meio de seu representante legal, declaração, conforme modelo em apenso (Anexo V "Modelo Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação"), deste Edital, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, em seguida, entregar a Pregoeira os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação;

Obs.: Fica estabelecido que, depois de a Pregoeira declarar aberta a Sessão, não se permitirá no Certame, sob qualquer argumento ou pretexto, a admissão de licitantes retardatários, a não ser como assistente ao ato público.

8.3. A declaração de que trata o subitem anterior, deverá ser entregue, separadamente, dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação".

Obs.: Se a licitante não tiver trazido a declaração citada no item 8.2, a Pregoeira autorizará que a mesma seja feita na própria sessão, ou se ainda, a referida declaração estiver dentro de um dos envelopes da proposta de preços e/ou dos documentos de habilitação, poderá, a Pregoeira, na presença de todas as licitantes, solicitar que a mesma abra os respectivos, retire-a e o lacre novamente.

8.4. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser apresentados a Pregoeira em envelopes distintos, opacos e lacrados, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE N°. 01 - PROPOSTA DE PRECOS

PREFEITURA DE CARIRA - SERGIPE

[Razão Social e C. N. P. J. da Licitante]

[Endereço, telefone e fax da Licitante]

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019

ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA DE CARIRA - SERGIPE

[Razão Social e C. N. P. J. da Licitante]

[Endereço, telefone e fax da Licitante]



FIS COULTY

# ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019

- 8.5. Não será admitido o encaminhamento de proposta por fax, por meio eletrônico ou similar;
- 8.6. O recebimento dos envelopes não conferirá às proponentes qualquer direito contra a Prefeitura de Carira Sergipe, observadas as prescrições da legislação específica;
- 8.7. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 Proposta de Preços e, após, o Envelope 02 Documentação de Habilitação, da licitante de melhor proposta.

#### 9.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. A Proposta de Preços deverá ser datilografada ou impressa em papel personalizado da licitante, indicando sua razão social, nº do CNPJ, endereço completo, em uma via, redigida em língua portuguesa (salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente), sem cotações alternativas, ressalvas, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo representante legal ou procurador da empresa licitante.
- 9.1.1. Deverá também, fazer o cadastro da Proposta no Licitari, em igual teor da proposta escrita, cujo endereço eletrônico segue é www.3tecnos.com.br/download/licitari.zip, em CD-Rom ou Pen Drive, o não cadastramento antecipado, não implicará na desclassificação da Proposta, no entanto será disponibilizada uma máquina para que o participante faça o seu cadastramento antes do inicio da sessão.
- 9.2. Deverá também indicar seu e-mail, fax e telefone da licitante, bem como, conta corrente, nome e número da agência bancária pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados, na hipótese de sagra-se vencedora desta licitação;
- 9.3. Indicar o nome, estado civil, profissão, número do CPF e da Cédula de Identidade, domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato decorrente desta licitação.
- 9.4. Descrição clara e detalhada do objeto a ser fornecido, com indicação da MARCA e ou FABRICANTE quando houver do produto ofertado, em conformidade com o constante do Anexo I Termo de Referência, deste Edital. O proponente não deve se limitar a simplesmente copiar termo de referência, quando da descrição das características dos produtos;
- 9.5. Indicação do preço Global e Unitário, em moeda corrente nacional, expresso em algarismo e por extenso. Havendo divergência entre o preço em algarismo e por extenso, prevalecerá este último;
- 9.6. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data marcada para abertura dos envelopes.
- 9.7. Nos preços propostos e nos lances que vier a oferecer já deverão estar inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir no fiel cumprimento do fornecimento. Não será permitido, portanto, que tais encargos sejam discriminados em separado;
- 9.8. As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pela Pregoeira



Fis 000118

## ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

- 9.8.1. se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- 9.8.2. se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;
- 9.8.3. se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão será considerado o resultado corrigido;
- 9.8.4. caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.
- ).9. Não serão consideradas vantagens não previstas no Edital ou ainda baseadas em ofertas das demais licitantes;
- 9.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, às condições de pagamento, aos prazos ou a outra condição que importe modificação dos termos originais, a não ser nos casos previstos no item 9.8;
- 9.11. Não caberá desistência da proposta após a fase de habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;
- 9.12. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital;
- 9.13. A Proposta de Preço será considerada completa, abrangendo todos os custos necessários ao Fornecimento dos Combustíveis, objeto da presente licitação:
- 9.14. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

### 10.0 - DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 10.1. No dia, hora e local designados no Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, antes do início da sessão, conforme item 7 deste Edital;
- 10.2. Declarada aberta a sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes;
- 10.3. Analisadas as propostas apresentadas, serão consideradas classificadas para a fase de lances, as empresas que, tendo suas propostas, atendida a todas as exigências e condições deste Edital e seus Anexos, apresentem o menor preço unitário para o item;
- 10.4. Após apresentação da proposta escrita, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;





- 10.5. A Pregoeira, com auxílio da equipe de apoio, examinará a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com as condições especificadas neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito, e:
- 10.6. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas escritas que:
- 10.6.1. Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus Anexos, ou que forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, bem como, as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;
- 10.6.2. Opuserem-se a qualquer dispositivo legal vigente, mormente no que tange aos aspectos tributários;
- 10.6.3. Ofertarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto desta licitação;
- 10.6.4. Consignarem preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero;
- 10.6.5. Contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- 10.7. Abertos os envelopes contendo as propostas de preços escritas e não tendo sido nenhuma destas desclassificadas por quaisquer dos motivos elencados nos incisos do subitem anterior, será qualificado pela Pregoeira, para ingresso na fase de lances, o autor da oferta de valor da proposta mais baixo e os das ofertas com preço unitário até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- 10.8. Em não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, ou seja, compreendida no percentual de 10% (dez por cento) em relação ao menor preço unitário para o item ofertado, deverão, os autores das melhores propostas escritas em ordem crescente de valores, até o máximo de 03 (três), excetuada a melhor proposta, integrar a relação de empresas classificadas a participar da disputa de lances verbais.
- 10.9. A Pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço unitário e os demais, em ordem decrescente de valor, concedendo, a cada uma delas, o prazo de, no máximo, dois (2) minutos para oferta de seus lances.
- 10.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.11. A Pregoeira poderá, motivadamente, estabelecer valor ou percentual mínimo para redução dos lances;







- 10.12. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Pregoeira negociar, visando obter preço melhor;
- 10.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital e na legislação aplicável ao presente Certame;
- 10.14. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- 10.15. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 0.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias:
- 10.17. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora;
- 10.18. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;
- 10.19. Na situação prevista no subitem 10.12, deste Edital, a Pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor;
- 10.20. Exaurida a fase de lances verbais e da negociação, se a proposta mais bem classificada para os itens de ampla concorrência (01 e 03) não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta destas, igual ou até cinco por cento (5%) superior a melhor proposta ofertada, para os itens que não forem exclusivos, proceder-se-á da seguinte forma:
  - a) A Microempresa ME ou a Empresa de Pequeno Porte EPP melhor classificada poderá, no prazo de cinco (5) minutos, após a solicitação da Pregoeira, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do Certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
  - b) Não ocorrendo à contratação prevista na forma do inciso anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a", deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 10.21 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do Certame;
- 10.22. Nas condições exigidas pelo Art. 48 inciso III da Lei Complementar nº 147/2014, caso haja um



Fis\_000101

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

único vencedor com valores diferentes nos itens com o mesmo objeto, a Pregoeira solicitara ao licitante que equipare seus valores ao menor valor ofertado;

- 10.23. Proclamado o resultado do julgamento da licitação, a Pregoeira franqueará a palavra aos representantes das empresas presentes para que, querendo, possam manifestar a intenção de interpor recurso contra as decisões adotadas;
- 10.24. Não havendo quem pretenda recorrer, a Pregoeira adjudicará o objeto do Certame em favor da(s) licitante(s) vencedora(s) do item(ns) licitado(s);
- 10.25. Adjudicado o objeto, a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de adjudicação, para entregar(em), no Setor de Licitação deste Administração Municipal, a via escrita de suas respectivas propostas definitivas de preços, devidamente assinada pelo representante legal. É facultado à licitante vencedora entregar a Pregoeira, na reunião, CD ou pen-drive ou outro dispositivo eletrônico contendo sua proposta inicial, para fins de atualização, impressão e aposição da assinatura do representante legal;
- 10.26. Atendida a exigência estabelecida no subitem anterior, a Pregoeira, encaminhará os autos ao Prefeito, para fins de homologação do resultado da licitação;
- 10.27. Manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal;
- 10.28. Caso entenda necessário proceder a exame mais detalhado de lances verbais ou da documentação poderá a Pregoeira, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data, o horário e o local em que será divulgado o resultado do julgamento;
- 10.29. Das reuniões relacionadas com o presente Certame serão lavradas atas circunstanciadas, as quais serão assinadas pela Pregoeira, pelos membros da equipe de apoio e também pelos representantes das empresas presentes à sessão;
- 10.30. Nas atas a que se refere o subitem anterior serão consignados o nome de todas as licitantes, as reclamações e requerimentos apresentados, bem como as demais ocorrências que interessem ao procedimento;
- 10.31. Caso todas as propostas escritas sejam desclassificadas quando do confronto com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá a Pregoeira, a seu exclusivo critério, fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas ofertas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, admitindo-se, nesta hipótese, a cotação de preços distintos dos inicialmente ofertados;
- 10.32. O procedimento do subitem anterior poderá ser adotado também no caso de inabilitação de todas as licitantes, hipótese em que a nova documentação deverá ser apresentado a Pregoeira no prazo 8 (oito) dias úteis, contado da data da lavratura da respectiva Ata;
- 10.33. A Pregoeira e/ou o Prefeito de Carira Sergipe poderão solicitar esclarecimentos, pareceres e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, sempre que julgarem necessário, fixando prazo aos setores competentes ou às licitantes para o atendimento, vedada, por parte destas, a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da

FIS 0001 2

# ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

proposta/documentação;

- 10.34. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente;
- 10.35. Havendo interrupção dos trabalhos os envelopes não abertos, depois de serem rubricados no fecho, obrigatoriamente, pela Pregoeira, pelos membros da equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão sob a guarda da Pregoeira até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos;
- 10.36. Todas as propostas de preços escritas e os documentos de habilitação serão rubricados, brigatoriamente, pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão;
- 10.37. Após a homologação do presente certame, a licitante cuja documentação não tiver sido examinada terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolher o respectivo envelope junto ao Setor de Licitação da Prefeitura de Carira Sergipe, findo o qual o envelope e seu conteúdo serão fragmentados.

### 11.0 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 11.1. A Licitante deverá apresentar a documentação de habilitação, na forma preconizada no subitem 8.4, deste Edital, obrigatoriamente, dentro do Envelope nº. 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- 11.1.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório ou, em cópia simples, desde que, seja apresentado o respectivo original, para conferência pela Pregoeira ou por sua equipe de apoio;
- 11.1.2. Caso as cópias dos documentos venham acompanhadas dos originais, estes últimos deverão vir fora do envelope nº. 02, a fim de evitar transfornos e facilitar os trabalhos da Pregoeira;
- 11.1.3. Para participar do presente Certame as empresas interessadas deverão apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:
  - a) habilitação jurídica;
  - b) regularidade fiscal e trabalhista;
  - c) qualificação técnica;
  - d) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 11.2 A Habilitação Jurídica será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 11.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, através de certidão da Junta Comercial:



- 11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado;
- 11.2.3. Inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedade civil acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 11.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores;
- 11.2.5. Licença ou Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 11.3. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 11.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), através do respectivo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;
- 11.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social, com a apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeitos de negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Seguridade Social. Certidão emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821 de 17 de Outubro de 2014;
- 11.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, com a apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de negativa emitida pelo Estado, relativo ao domicilio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos débitos estaduais;
- 11.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, com a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicilio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.3.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços FGTS, através da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- 11.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR).
- 11.4. A Qualificação Técnica será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:





- 11.4.1. Comprovante de Registro na Agência Nacional do Petróleo ANP, pertinente à atividade especifica, ou seja, revendedor varejista de combustível automotivo, em plena validade, acompanhado de publicação do ato no Dário da União;
- 11.5. A Qualificação econômico-financeira será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 11.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício de 2018, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada à apresentação de balancetes ou balanço provisórios, e, se encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderá ser atualizado seus valores por índices oficiais. A comprovação da boa situação financeira será verificada através do cálculo do(s) seguintes(s) índice(s) contábil(eis): **índice de liquidez geral igual ou maior do que 1** (art. 31, I e §5º da Lei nº. 8.666/93).
- 11.5.1.1. Estes índices deverão ser calculados e demonstrados, em documento, pelos licitantes de acordo as técnicas correntes de contabilidade, segundo a fórmula:

#### ILG = <u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> ≥ 1 Passivo Circulante + Passivo não Circulante

- 11.5.1.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.
- 11.5.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- 11.5.1.4. Publicados em diário oficial ou jornal de grande circulação;
- 11.5.1.5. Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 11.5.1.6. Por cópia do livro diário, inclusive dos termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 11.5.1.7. O Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deve ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas do recibo de entrega do livro digital junto à Receita Federal.
- 11.5.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica.
- 11.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado, mediante a apresentação da seguinte documentação.
- 11.6.1. A Declaração relativa à Trabalho de Menores, em papel timbrado (personalizado) da empresa:

- 11.6.1.1. De que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme disposto no Inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme modelo no Anexo III ("Modelo Declaração Relativo ao Trabalho de Menores").
- 11.7. A Declaração relativa a Fatos Impeditivos, em papel timbrado (personalizado) da empresa:
- 11.7.1. De que não está inidônea, nem se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem assim, de que está ciente da obrigatoriedade de informar a Prefeitura de Carira Sergipe a superveniência de qualquer fato que passe a caracterizar qualquer um desses impedimentos, conforme modelo no Anexo IV ("Modelo Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos").
- 1.8. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem quaisquer dos documentos listados acima, apresentarem documentos com data de validade vencida ou com rasuras ou entrelinhas que ponha em dúvida a veracidade dos dados.
- 11.9. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser apresentada em original ou por meio de qualquer processo de fotocópia. Caso algum documento de habilitação tenha sido emitido pela Internet, o mesmo terá sua autenticidade condicionada à verificação no respectivo sítio, devendo, ainda, ser observado o seguinte:
  - a) Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar obrigatoriamente, na validade, em nome da empresa que irá participar do presente Certame contendo o mesmo CNPJ e endereço respectivo, ressalvada a exceção prevista no inciso III deste subitem;
  - b) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se for a filial, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade da licitante;
  - c) Acompanhados, quando emitidos em língua estrangeira, da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 11.10. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo própria Pregoeira, na hipótese de inexistência de recursos administrativos, ou pela Autoridade Superior, na hipótese de existência de recursos administrativos;
- 11.11. Se o licitante desatender às exigências previstas neste Item, a Pregoeira examinará a oferta subsequente na ordem crescente de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;
- 11.12. Em se tratando de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, a comprovação de Regularidade Fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, entretanto, para assegurar a participação neste Certame, deverá a microempresa ou empresa de pequeno porte





apresentar toda documentação exigida no subitem 11.3, deste Edital, mesmo que apresente alguma restrição;

- 11.13. Havendo alguma restrição, para o caso do subitem anterior, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que proponente for declarada vencedora do Certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 11.14. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7° da Lei n.º 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da Nota de Empenho, ou revogação a licitação;
- 11.15. A Pregoeira manterá, em seu poder (sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação), os documentos das demais licitantes pelo prazo de 30 (trinta) dias após a homologação da licitação, devendo as licitantes retirá-los ao fim imediato deste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

#### 12.0 - DA CONTRATAÇÃO/RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

- 12.1. O Contrato, decorrente desta licitação, bem assim, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54 e 55, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores;
- 12.2. Depois de homologado o resultado do presente certame, a Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social de Carira, dentro do prazo de validade da respectiva proposta, convocará a licitante vencedora do item para, na sede da Secretaria de Finanças e no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, retirar a Nota de Empenho e assinar o respectivo contrato, sob pena de decair do direito à contratação;
- 12.3. O prazo para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, decorrente desta licitação, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Administração;
- 12.4. Caso a licitante inicialmente convocada não retire a Nota de Empenho e nem assine o referido contrato, a Prefeitura convocara o licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei nº. 10/520/02;
- 12.5. A convocação referida no subitem 12.2, deste Edital, dar-se-á por meio de expediente emitido pela Prefeitura que, devidamente acompanhado de cópia da respectiva Nota de Empenho, será remetido à licitante vencedora do certame, através de e-mail e/ou do número de fax indicados na respectiva proposta de preços;
- 12.6. Os relatórios de transmissão de fax emitido pelo aparelho da Prefeitura e/ou de emissão de e-mails, servirão, para todos os efeitos legais, como meio irrefutável de prova para contagem de prazo, não podendo a licitante, regularmente convocada, alegar, depois, que não tomou conhecimento da referida convocação;



FIS 0001.7

## ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

- 12.7. Na hipótese de convocação da segunda colocada o procedimento a ser adotado pela Prefeitura será o mesmo estabelecido no item anterior;
- 12.8. As disposições deste Edital e a proposta da licitante vencedora integram o contrato, guardando conformidade com a legislação aplicável à espécie;
- 12.9. O Fornecimento dos Combustíveis será realizado após a data de assinatura do contrato até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte), conforme o recebimento da Ordem de Fornecimento;
- 12.10. A Prefeitura e os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social de Carira sujeitar-se-á as obrigações constantes na Cláusula Sétima dos Anexos VI, VII e VIII Minuta do Contrato, deste Edital.
- 1.11. O contrato a ser firmado obedecerá à Minuta constante dos Anexos VI, VII e VIII, deste Edital;
- 12.12. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da data da apresentação da proposta, sem que haja convocação para a contratação, ficam as licitantes desobrigadas dos compromissos assumidos.

### 13.0 - DO PRAZO E LOCAL DO FORNECIMENTO

- 13.1. O Fornecimento dos Combustíveis será efetuado até 31 (Trinta e Um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte) em condições estipuladas pelas Secretarias responsáveis;
- 13.2. O abastecimento dos veículos deverá ser realizado conforme autorização por escrito do Chefe de Transportes deste Município de Carira Sergipe;
- 13.3. Cabe ressaltar que o quantitativo expresso mostra-se como mero referencial, sendo que as solicitações de fornecimento serão feitas conforme necessidade;
- 13.4. O abastecimento dos veículos devera ser realizado de Domingo a Domingo;
- 13.5. Os combustíveis serão fornecidos conforme tipo, qualidade, quantidade, unidade, marca e demais especificações constantes na Proposta apresentada e especificações do Anexo I Termo de Referencia, sem qualquer tipo de avaria, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
- 13.7. Os combustíveis deverão estar dentro das normas aplicáveis de qualidade;

# 14.0 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 14.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, o fornecimento do objeto da presente licitação será recebido:
- 14.1.1. Definitivamente: após verificação da conformidade do fornecimento realizado com as referidas especificações, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da lavratura do termo de recebimento provisório;
- 14.2 O Fornecimento realizado em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcialmente ou totalmente, conforme o caso;





FIS 0001.8

## ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

- 14.3. O recebimento definitivo do objeto deste Certame, não exclui a responsabilidade da licitante contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Prefeitura e Fundos Municipais, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- 14.4. Para os fins do disposto no item anterior, o recebimento definitivo do fornecimento consistirá no atesto da nota fiscal//fatura, pelo Setor Responsável pelo Recebimento, ou por outro servidor designado para esse fim;
- 14.5. Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a licitante vencedora interromper a execução do Contrato até o saneamento das irregularidades;
- 4.6. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da licitante vencedora, não incidirá sobre a Prefeitura ou Fundos Municipais qualquer ônus, inclusive financeiro;
- 14.7. Os representantes da Prefeitura e dos Fundos Municipais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

### 15.0 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. A execução das obrigações contratuais integrantes deste Pregão e no contrato serão fiscalizadas e recebidas por servidores designados por este Município, que farão o recebimento nos termos do artigo 73, II, "a" e "b", da Lei 8.666/93;
- 15.2. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora pelos danos causados a Prefeitura, Fundos Municipais ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos;
- 15.3. A empresa vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la.

#### 16.0 - DA VIGÊNCIA

16.1. O fornecimento do objeto desta licitação será realizado até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte), após assinatura do contrato, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93;

#### 17.0 - DOS REAJUSTES

- 17.1. Os preços objeto do Contrato permanecerão fixos e irreajustáveis durante a vigência do mesmo;
- 17.2. Havendo qualquer fato devidamente comprovado e alheio à vontade das partes, que altere o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, o mesmo poderá ser revisto e restabelecido em igual proporção, mediante requerimento da parte interessada, mantida a mesma margem de lucro inicial da proposta.





FIS\_0001\_9

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

### 18.0 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 18.1. A licitante vencedora deverá apresentar após o Fornecimento do objeto desta licitação, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:
- 18.1.1. Autorizações de Abastecimento;
- 18.1.2. Oficio solicitando o pagamento;
- 18.1.3. Certidão Negativa de Débitos CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- 18.1.4. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS CRF;
- 18.1.5. Certidões Negativas de Débitos junto as Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio sede da licitante vencedora:
- 18.1.6. Certidões Negativas de Débitos junto as Tribunal Superior do Trabalho CNDT;
- 18.2. O pagamento será efetuado pela Secretaria de Finanças no prazo de até 15 (Quinze) dias, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 18.1, mediante ordem bancária, creditada em conta corrente da licitante vencedora;
- 18.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
- 18.3.1. Atestação pela Secretaria Responsável, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;
- 18.3.2. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 18.1.3 a 18.1.6, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo a Prefeitura ou Fundos Municipais nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;
- 18.3.2.1. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a licitante vencedora apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pela Prefeitura e Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social de Carira Sergipe, ficando assegurado à licitante vencedora, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados;
- 18.4. A Prefeitura e dos Fundos Municipais pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do Contrato;
- 18.5. Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.
- 19.0 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES







- 19.1. No interesse da Prefeitura ou dos Fundos Municipais, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do artigo 65, §§ 1 e 2°, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- 19.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

### 20.0 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. A licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar contrato ou não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento no fornecimento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Municipal de Carira Sergipe, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais;
- 20.2. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Prefeitura e dos Fundos Municipais de Carira poderão aplicar ao Fornecedor as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:
  - a) Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado na execução do fornecimento;
  - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.
- 20.3. As multas estabelecidas serão entendidas como independentes, podendo ser cumulativas, sendo descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura e Fundos ou da garantia prestada ou ainda cobradas judicialmente;
- 20.4. Se a licitante vencedora não recolher o valor da multa compensatória que porventura for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;
- 20.5. O não comparecimento injustificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação escrita, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, sujeitando-se a licitante faltosa ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do respectivo instrumento, sem prejuízo das demais sanções legais previstas nesta cláusula e na legislação pertinente;
- 20.6. Quando a licitante vencedora motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e de Assistência Social de Carira Sergipe;
- 20.7. Aplicam-se nos casos omissos as normas da Lei nº. 10.520/02 e da Lei 8.666/93, com alterações posteriores.



### 21.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 21.1. Existindo a intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-lo a Pregoeira, expressando sucintamente em Ata suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor;
- 21.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 3 (três dias), para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, no mesmo número de dias, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 21.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pela Pregoeira, à(s) licitante(s) vencedora(s) e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;
- 21.4. O recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo;
- 21.5. Se não reconsiderar sua decisão, a Pregoeira submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da Autoridade Superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento licitatório;
- 21.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 21.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;
- 21.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação, na Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura de Carira Sergipe, localizado no endereço constante do rodapé deste Edital;
- 21.9. Dos ATOS DA ADMINISTRAÇÃO, decorrentes da aplicação subsidiária da Lei no 8.666/93, caberá:
- I Recurso, interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de:
  - a) Anulação ou revogação da licitação;
  - b) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do artigo 79, da Lei no 8.666/93;
  - c) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.
- II Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- III Pedido de reconsideração de decisão da Prefeitura e dos Fundos, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.





- 21.10. Os recursos referidos no subitem anterior deverão ser dirigidos à Autoridade Superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 40, do artigo 109, da Lei no 8.666/93);
- 21.11. Os recursos e contra-razões, previstos neste Item, deverão ser obrigatoriamente protocolados, dentro do prazo legal, no Setor de Licitação, localizado no endereço constante do rodapé deste Edital;
- 21.12. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da Sessão, nem serão recebidas às petições de contra-razões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

### 22.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura de Carira Sergipe, no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- I Revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente devidamente comprovado;
- II Anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado.
- 22.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou da autorização de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 22.3. É facultado a Pregoeira, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do presente processo, bem assim, prorrogar os prazos de realização das Sessões Públicas pertinentes ao presente Certame;
- 22.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- 22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;
- 22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 22.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes/interessados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento;
- 22.8. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na Prefeitura de Carira Sergipe;







- 22.9. Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, conforme o disposto no art. 110, da Lei nº. 8.666/93, com alterações posteriores;
- 22.10. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constante do presente Edital, independente de declaração expressa;
- 22.11. A Pregoeira atenderá aos interessados no horário de 7 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Setor de Licitação da Prefeitura de Carira Sergipe, para melhores esclarecimentos;
- 22.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente. As demais serão devolvidas quando da conclusão e adjudicação da Empresa vencedora do Certame.
- 22.13. A critério da Pregoeira o início dos trabalhos poderá ser prorrogado em até 10 (dez) minutos do horário estabelecido neste Edital;
- 22.14. A Pregoeira, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- 22.15. As responsabilidades assumidas diretamente pela licitante vencedora, não poderão ser transferidas a outrem, no todo ou em parte, subempreitado, cedido ou sublocado, sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de Carira Sergipe;
- 22.16. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Pregoeira da Prefeitura de Carira Sergipe, com auxílio da Equipe de Apoio, nos termos da Legislação pertinente.

#### 23.0 - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Carira - Estado de Sergipe, para dirimir questões oriundas do presente instrumento convocatório, renunciando as partes interessadas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Carira (SE), 18 de dezembro 2019.

JULCEMARA ANDRADE DA CRUZ TAVARES





#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

#### ANEXO I

# TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. JUSTIFICATIVA

1.1. O presente processo tem como objeto a Aquisição parcelada de Combustíveis objetivando o abastecimento dos veículos da Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social deste Município de Carira, que estão sendo utilizados no desenvolvimento de suas ações diárias junto a população deste Município, a exemplo dos transportes dos técnicos para trabalhos administrativos, transporte escolar, transporte de pessoas carentes e transportes dos pacientes da área de saúde;

#### 2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA E DIESEL) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO DE CARIRA – SERGIPE para o exercício de 2020, conforme as especificações mínimas, quantitativas e demais condições constantes neste Termo, descritos na forma abaixo:

# 2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
Combustível tipo Gasolina Comum	Lt.	126.937		
Combustível tipo Gasolina Comum (ME ou EPP)	Lt.	42.312		
Combustível tipo Diesel S10	Lt.	294.960		
Combustível tipo Diesel S10 (ME ou EPP)	Lt.	98.320		
	Combustível tipo Gasolina Comum Combustível tipo Gasolina Comum (ME ou EPP) Combustível tipo Diesel S10 Combustível tipo Diesel S10 (ME	Combustível tipo Gasolina Comum  Combustível tipo Gasolina Comum (ME ou EPP)  Combustível tipo Diesel S10  Lt.  Combustível tipo Diesel S10 (ME ou EPP)  Lt.	Combustível tipo Gasolina Comum  Combustível tipo Gasolina Comum (ME ou EPP)  Combustível tipo Diesel S10  Combustível tipo Diesel S10 (ME ou EPP)  Lt. 294.960  Combustível tipo Diesel S10 (ME ou EPP)	Combustível tipo Gasolina Comum  Combustível tipo Gasolina Comum (ME ou EPP)  Combustível tipo Diesel S10  Combustível tipo Diesel S10 (ME ou EPP)  Lt. 294.960  Combustível tipo Diesel S10 (ME ou EPP)

# O QUANTITATIVO SERÁ DISTRIBUÍDO DA SEGUINTE FORMA:

	PRE	FEITU	RA		Marie Carlo
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	Combustível tipo Gasolina Comum	Lt.	21.503		
03	Combustível tipo Diesel S10	Lt.	294.960		
04	Combustível tipo Diesel S10 (ME	Lt.	57.353		





ou EPP)		
TO	AL	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	Combustível tipo Gasolina Comum	Lt.	90.362		
02	Combustível tipo Gasolina Comum (ME ou EPP)	Lt.	42.312		
04	Combustível tipo Diesel S10	Lt.	16.967		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	Combustível tipo Gasolina Comum	Lt.	15.072		
04	Combustível tipo Diesel S10	Lt.	24.000		

Obs: Os quantitativos para o ano são estimados, não obrigando a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social a adquirir as quantidades constantes nestas planilhas.

- 2.3. Os Produtos deverão ter certificado expedido por cada fabricante ou registrado na ANP;
- 2.4. O Fornecimento dos combustíveis será a partir da vigência do contrato e término em 31 (Trinta e Um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e Vinte);
- 2.5. O abastecimento será efetuado nas dependências da contratada;

# 3-PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 3.1. Prazo de fornecimento para os produtos será até 31 (Trinta e Um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte), e de acordo com a necessidade da Prefeitura, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde;
- 3.2. Os veículos serão abastecidos no próprio posto, por funcionário devidamente autorizado, conforme a necessidade e mediante a entrega de requisição assinada pelo responsável do setor competente;

3.3. – Os produtos serão recebidos:

Praca Otimpio Rabelo de Morais, nº 56 - Centro - Carira - Sergipe CEP: 49.550-000 CNPJ. 13.099.882/0001-36



- 3.3.1. Definitivamente: por abastecimento e após a verificação da qualidade, eficácia e quantidade e conseqüente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de utilização no veículo e após a aceitação provisória. A Prefeitura e Fundos Municipais poderão solicitar a imediata penalidade e denuncia ao órgão competente e analisador do produto;
- 3.4. Os produtos deverão ser fornecidos ao motorista devidamente regularizado;
- 3.5. Os produtos entregues serão objetos de analises e verificação. Caso os mesmos apresentem indícios de desconformidade com as especificações, o pagamento será suspenso até a regularização das pendências;

### 4 – GARANTIA TÉCNICA

4.1. — Os órgãos credenciados pela ANP — Agência Nacional de Petróleo e demãos órgãos fiscalizadores serão o árbitro para aplicação das garantias técnicas, no caso de divergência quanto ás responsabilidades dos defeitos constatados nos produtos, nesta prioridade, devendo as partes, acatarem integralmente os competentes pareceres exarados por aqueles órgãos;

#### 5 DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. Nos termos do artigo 67, §1°, da Lei N° 8.666/93, a Prefeitura designa o Chefe de Transportes, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinando o que for necessário á regularização das falhas ou defeitos observados.
- 5.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 5.3. Da mesma forma, a adjudicatária, querendo, poderá indicar um preposto para se aceito pela Prefeitura e Fundos, representá-la na execução do Contrato.
- 5.4. Nos termos da Lei nº 8.666/93, após o contrato assinado, acompanhado da Nota de Empenho será emitidas as Ordens de Fornecimento autorizando a entrega dos produtos objeto desta licitação.
- 5.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatária, sem ônus para a Prefeitura e Fundos Municipais.

# 6-DA DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE O POSTO DE COMBUSTÍVEL E O MUNICÍPIO

- 6.1. Em observância aos princípios da economicidade e da racionalidade, a empresa licitante vencedora deve possuir posto de combustível localizado em uma distância (raio) de até 10 (Dez) Km da sede deste Município, a fim de evitar deslocamentos longos com gastos desnecessários para esta Administração Municipal.
- 6.1.2. A exigência referente a localização se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para esta Administração Municipal, pois se a distância entre a sede do município e o local

Praça Olimpio Rabelo de Morais, nº 56 - Centro - Carira - Sergipe CEP: 49.550-000 CNPJ. 13.099.882/0001-36

Página 29 de 54



Rubrica

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

da execução dos serviços for maior que a determinada, a vantagem do "menor preço" ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento da frota.

### 8-DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. A Administração Municipal de Carira Sergipe, reserva-se o direito de impugnar os produtos entregues, mesmo que por algum motivo tenha sido adjudicado equivocadamente, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.
- 8.2. A licitante fica obrigada a entregar os produtos objeto deste Termo de Referência de acordo com as especificações solicitadas, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização desta Administração Municipal.

Carira (SE), 18 de dezembro 2019.

ARODOALDO CHAGAS

Prefeito Municipal

VALÉRIA SANTANA DE LIMA Secretária Municipal de Assistência Social

0 1 10 0

Secretária Municipal de Saúde





### PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

ANEXO II
MODELO - PROCURAÇÃO
(em papel timbrado da empresa)
Local e data
Assinatura e carimbo do representante legal
CPF n° RG n°







### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019

ANEXO III
MODELO - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES
(em papel timbrado da empresa)
Ref.: Pregão Presencial nº 016/2019.
Local e data
Assinatura e carimbo do representante legal  CPF n°  RG n°





### PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

ANEXO IV
MODELO - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
(em papel timbrado da empresa)
Ref.: Pregão Presencial nº 016/2019.
Local e data
Assinatura e carimbo do representante legal  CPF n°  RG n°





# PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

	ANEXO V	
MODELO - DECLARA	AÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE	HABILITAÇÃO
	(em papel timbrado da empresa)	
Ref.: Pregão Presencial nº 01	6/2019.	, *
por seu representante legal plenamente os REQUISIT	da empresa), inscrita no CNPJ sob abaixo assinado, DECLARA, para todos os efeito OS DE HABILITAÇÃO exigidos no Edital do F articipação do referido Certame.	s legais, que cumpre
	Local e data	
	Assinatura e carimbo do representante legal  CPF nº  RG nº	







### PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

	ANEXO VI	
MODELO - DECLARAÇÃ	ÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPI	LEMENTAR Nº 123/2006
de seu representante legal o(a da Carteira de Identidade a DECLARA, para fins do dis penas da lei, que cumpre o	npresa ou o(a), inscrita no CNPJ sob o n° a) Sr. (a) e do CPF n° posto no subitem 5.6 do Edital de Pregão Prese s requisitos legais para usufruir do tratamento d da Lei Complementar n° 123/06, e suas posto	portador(a), encial nº 016/2019 e sob as favorecido e diferenciado
( ) MICROEMPRESA, con alterações;	forme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementa	nr nº 123/2006 e posteriores
( ) EMPRESA DE PEQUEN e posteriores alterações.	IO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei	Complementar nº 123/2006
Complementar nº 123/2006 como Microempresa (ME) diferenciado, incorrerá em int	está excluída das vedações constantes do paráge e posteriores alterações, e ciente que a declaraç e Empresa de Pequeno Porte (EPP) para b fração penal e estará sujeita às penas previstas no didades cíveis, criminais e administrativa cabíveis	ção falsa de enquadramento eneficiar-se do tratamento artigo 93 da Lei nº 8.666/93,
)	Local e data	
OBSERVAÇÃO:	Assinatura e carimbo do representante legal  CPF n°  RG n°	

### OBSERVAÇÃO:

1) Assinalar com um "X" a condição da empresa;

2) Esta declaração deverá ser entregue a Pregoeira, após a abertura da Sessão, na fase de credenciamento e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Complementar nº 123/2006 e posteriores alterações;

3) Os interessados que enviarem os envelopes de proposta comercial e documentação sem representante credenciado deverão remeter, fora dos envelopes, à declaração.





Fis 000143

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019
ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO - PREFEITURA
CONTRATO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTIVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA, E, DO OUTRO, A EMPRESA DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019.
O MUNICÍPIO DE CARIRA - SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça Olímpio Rabelo de Moraes, nº 56 - Centro de Carira - CEP: 49.550-000 - Centro de Carira - Sergipe, inscrita no CNPJ. Nº 13.099.882/0001-36, adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito o Sr ARODOALDO CHAGAS, brasileiro, casado, maior, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa, localizada à, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu, o Sr, CPF nº, têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Aquisição Parcelada de Combustíveis, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (nrt. 55, jaciso I, da Lei nº 8.666/93).
O presente Contrato tem por objeto o FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA E DIESEL) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICÍPIO DE CARIRA – SERGIPE para o exercício de 2020, de acordo com as especificações constantes do Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).
O fornecimento será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).
Os combustíveis serão fornecidos pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$

indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota

Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.





- §2º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e prova de regularidade perante o FGTS -CRF.
- §3° Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- §4º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- §5º Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.
- §6º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.
- §7º Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

### LAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O fornecimento dos Combustíveis será realizado até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte), após assinatura do respectivo contrato, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Os Combustíveis, objeto deste Contrato, serão fornecidos diretamente nos veículos, mediante autorização por escrito do Chefe de Transporte deste Município de Carira, de Domingo a Domingo. Parágrafo Único - O fornecimento deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93.

### CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n. º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2020, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

100100 SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMDES 08.243.0006.2068 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

020100 GABINETE DO PREFEITO 04.122.0001.2060 MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

040100 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO





04.122.0001.2004 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

060100 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR 04.122.002.2011MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO **ABASTECIMENTO** 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

070100 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 12.361.0005.2014 MANUTENCÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/11250000

070100 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 12.361.0005.2015 AÇÕES DESENVOLVIDAS COM SALÁRIO EDUCAÇÃO 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11200000

070100 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER 12.361.0005.2017 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11230000

070200 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - FUNDEB 12.361.0005.2025 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11130000

070200 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - FUNDEB 12.361.0005.2025 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 11130000

080100 SECRETARIA DOS SERVICOS E DAS OBRAS PÚBLICAS 04.122.0003.2027 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRAS PÚBLICAS 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:



- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do fornecimento, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

#### I - advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

 IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



Rubrica

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA « DA) LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

- I nos termos do Pregão Presencial nº 016/2019 que, simultaneamente:
- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;
- II nas demais determinações da Lei 8.666/93;
- III nos preceitos do Direito Público;
- IV supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

- §1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.
- §2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCETRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei n° 8.666/93).

N	la fo	orma	do c	lue	dispõe	0	a	tigo	67	da L	ei	n°. 8.	666	/93,	fica	a de	esign	ado	0
			c	omo	Gestor	de	este	Cont	rato	e					CC	omo	fisca	il de	ste
contrato,	para	acom	panhar	e f	iscalizar	a	exe	cução	do	contrato	, ;	anotando	em	regis	tro	próp	rio t	odas	as







ocorrências relacionadas com a sua execução e determinado o que for necessário á regularização das falhas ou defeitos.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº. 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (Art. 55, §2°, Lei n°. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Carira, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Carira (SE) - de de 20 .

	CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
I -		
II		







(ANEXO I)

1.0 - OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS PARA A PREFEITURA DE CARIRA – SERGIPE.

### 1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

		PREFEIT	URA		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01					
02					
03					
	ТОТ	AL			

	Carira (SE) de	de 20
	CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
I -		
II -		







PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019

TRESTROTRESERVEINE IV. 010/2017
ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO - FMS
CONTRATO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTIVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UN LADO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRA E, DO OUTRO, A EMPRESA DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL N 016/2019.
O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRA - SERGIPE, pessoa jurídica de direito público situado na Praça José Durval de Matos, s/n, — Centro de Carira — CEP: 49.550-000 - Centro de Carira — Sergipe, inscrita no CNPJ. N° 11.402.080/0001-28, adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária a Sra, brasileira, casada, maior, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa, localizada à, inscrita no CNP, sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo set, o Sr, CPF nº, têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Aquisição Parcelada de Combustíveis, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso 1, da Lei nº 8.666/93).
O presente Contrato tem por objeto o FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA E DIESEL) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARIRA – SERGIPE para o exercício de 2020, de acordo com as especificações constantes do Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE ENERGICAO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).
O fornecimento será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III da Lei nº 8.666/93).
Os combustíveis serão fornecidos pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$ ()conforme detalhamento e quantitativo constante no anexo I deste termo.





- §1º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.
- §2º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e prova de regularidade perante o FGTS -CRF.
- §3º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- §4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- §5º Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.
- §6º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.
- §7º Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O fornecimento dos Combustíveis será realizado até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte), após assinatura do respectivo contrato, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Os Combustíveis, objeto deste Contrato, serão fornecidos diretamente nos veículos, mediante autorização por escrito do Chefe de Transporte deste Município de Carira, de Domingo a Domingo. Parágrafo Único - O fornecimento deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n. º 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2020, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

090100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0007.2036 AÇÕES VOLTADAS PARA ATENÇÃO BÁSICA 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12110000/12140000/12900000

090100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.302.0007.2037 AÇÕES VOLTADAS PARA MÉDIA COMPLEXIDADE 33903000 MATERIAL DE CONSUMO



FR 12140000

090100 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.305.0007.2040 AÇÕES VOLTADAS DA VIGILÂNCIA EPIDEMOLOGICA 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12110000/12140000/12900000

090200 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 04.122.0007.2032 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 12110000

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII 2 XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.
- Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;
- Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao FMS ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.







#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

I - advertência:

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

 IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, incise VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Presencial nº 016/2019 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.





§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. 8.666/93.

8.666/93.		
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOM Lei nº 8.666/93).	PANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO	(Art. 67,
Na forma do que dispõe o artigo como Gestor deste Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução ocorrências relacionadas com a sua execução e deter ou defeitos.	rato e como fis do contrato, anotando em registro próprio	scal deste todas as
§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuiçõe com as normas especificadas, se os procedimentos sã §2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratad	io adequados para garantir a qualidade desejad	
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBY	MENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.66	66/93)
O objeto deste Contrato será recebido de acor	do com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº.	8.666/93.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (AI	rt. 55, §2°, Lei n°. 8.666/93)	
As partes contratantes elegem o Foro da competente para dirimir as questões que porventu renúncia expressa por qualquer outro.	Cidade de Carira - Estado de Sergipe, con ra surgirem na execução do presente Contr	mo único rato, com
E, por estarem assim, justas e Contratadas, a (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeito		nça de 02
Carira (SE)	_ de de 20	
CONTRATANTE	CONTRATADA	N
TESTEMUNHAS:		Š







(ANEXO I)

1.0 - OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS PARA AO FUNDO MUNICIPL DE SAÚDE DE CARIRA – SERGIPE.

## 1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

	FUNDO N	MUNICIPA	L DE SAÚD	E	
ITEM	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01					
02					
03					
	TOT	AL			

	Carira (SE)	de	de 20
	CONTRATANTE		CONTRATADA
TESTEMUNHAS:			
I -			
II			





Rubrice

### ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019
ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO - FMAS
CONTRATO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTIVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARIRA, E, DO OUTRO, A EMPRESA DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019.
O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARIRA - SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça Olímpio Rabelo de Moraes, nº 56 - Centro de Carira - CEP: 49.550-000 - Centro de Carira - Sergipe, inscrita no CNPJ. Nº 14.535.072/0001-48, adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária a Srª, brasileira, casada, maior, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa, localizada à, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu, o Sr, CPF nº, têm justo e acordado entre si o presente Contrato para Aquisição Parcelada de Combustíveis, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).
O presente Contrato tem por objeto o FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA E DIESEL) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTE MUNICÍPIO DE CARIRA – SERGIPE para o exercício de 2020, de acordo com as especificações constantes do Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº. 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei uº 8.666/93).
O fornecimento será efetivado no local e nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste instrumento.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).
Os combustíveis serão fornecidos pelos preços constantes na proposta da Contratada, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$ ()conforme detalhamento e quantitativo constante no anexo I deste termo.

- §1º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento do objeto.
- §2º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e prova de regularidade perante o FGTS CRF.
- §3º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- §4° Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- §5º Não haverá reajuste de preços durante o período contratado.
- §6º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.
- §7º Nestes preços estão incluídos todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

O fornecimento dos Combustíveis será realizado até 31 (trinta e um) de Dezembro de 2020 (Dois mil e vinte), após assinatura do respectivo contrato, por se tratar de fornecimento, não podendo exceder ao respectivo exercício financeiro, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Os Combustíveis, objeto deste Contrato, serão fornecidos diretamente nos veículos, mediante autorização por escrito do Chefe de Transporte deste Município de Carira, de Domingo a Domingo. Parágrafo Único - O fornecimento deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos previstos no instrumento convocatório, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93.

### CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n. ° 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento de 2020, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2046 BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA – BPC NA ESCOLA 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2052 BLOCO DA GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA





33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2065 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000/13900000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2069 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

33903000 MATERIAL DE CONSUMO ER 10010000

100200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 08.244.0006.2074 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONFINANCIAMENTO FEDERAL 33903000 MATERIAL DE CONSUMO FR 10010000/13110000

# CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

• Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e

satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à Contratante;

Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do Contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à Contratante comprovante de quitação com os órgãos competentes;

Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por

ela cometidas na execução do Contrato;

- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao FMAS ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.

Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.

- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.



- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do fornecimento, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93).

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

- advertência;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

 III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).

A inexecução, total ou parcial, do Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

Parágrafo único - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Pregão Presencial nº 016/2019 que, simultaneamente:

- constam do Processo Administrativo que a originou;
- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 8.666/93;

III - nos preceitos do Direito Público;
 IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.





Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

- §1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.
- §2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da lei nº. .666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA	- DO ACO	MPANHA	MENTO	E DA	FISCALIZ	AÇÃO	(Art. 67.
Lei n° 8.666/93).	COTADO	AND DESCRIPTION	N. P. C.				A STATE OF

Na	forma			dispõe Gestor					Lei	n°.	8.666/93,	designa o fiscal	
	relacion	npanha	ar e f	iscalizar	a e	xecução	o do	contr			ido em regi cessário á re		
§1º - À fis	calização										rmidade da ( rantir a qual		

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 73, Lei nº 8.666/93)

O objeto deste Contrato será recebido de acordo com o disposto art. 73, II, a e b da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO (Art. 55, §2°, Lei n°. 8.666/93)

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Carira - Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Carira (SE)	de	de 20	

de 20

	CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNI	HAS:	
I -		
II -		





(ANEXO I)

1.0 - OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARIRA – SERGIPE.

## 1.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

		PREFEIT	URA		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01					
02					
03					
	ТОТ	AL			

	Carira (SE)	de de 20
	CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
I		
II		

